



# Anais da Assembléia

Nº 43

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1980

ANO VI

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 41.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1980

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Trajano Bastos e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo P. Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE

### Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 11/80, que declara de utilidade pública a Missão Evangélica Transmundial.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.980

a) Ezequias Losso.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ELÍRIO ALVES PINTO, ocorrido no dia 11 do corrente, no Município de Araucária. O extinto era

exemplar chefe de família e de tradicional geração daquele Município.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa da Senhora NADIR NEPAMOCENO ALVES PINTO, residente à rua João Pessoa, n.º 45, Araucária.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.980

a) Carlos Zanlorenzi.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ivens Lagoano Pacheco, conceituado articulista do jornal "Gazeta do Povo". Profissional de comunicação social por inúmeros anos, fundador de jornais, assessor de diversas Secretarias de Estado, identificado por seu coração magnânimo, capaz e amigo, Ivens Lagoano Pacheco, deixa um valioso acervo de escritos, retratando, sempre, a memória de uma existência vivida intensamente. Dos seus filhos, um, Ivens Moretti Pacheco, segue as pegadas paternas ao eleger o jornalismo como profissão e forma de expressão. Da decisão plenária, requeiro sejam cientificados o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, à direção do jornal "Gazeta do Povo" e à família do emérito jornalista falecido.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.980

a) Airton Cordeiro.

Apoioamento: Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli e Erondy Silvério.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. IVENS LAGOANO PACHECO, consagrado jornalista, assessor de imprensa da Secretaria da Justiça e ex-Delegado de Polícia.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.980

a) Mário Celso.

## JUSTIFICATIVA ;

Repentinamente o Paraná foi surpreendido pelo desaparecimento de um homem culto, honrado e simples. Um respeitado escritor e consagrado jornalista. Faleceu nosso querido amigo IVENS LAGOANO PACHECO, um homem de 1,80 metros de corpo fechado, mas coração totalmente aberto. A imprensa paranaense perdeu um de seus mais dignos filhos. IVENS conquistou a todos leitores do Paraná e também do Rio Grande do Sul, onde era conhecido e admirado. Foi Delegado de Polícia, onde sempre lutou pela justiça. Atualmente era Assessor de Imprensa da Secretaria de Estado da Justiça e colaborador do jornal "Gazeta do Povo", onde escrevia suas crônicas e comentários.

Registramos aqui o luto do Paraná pela sua morte. IVENS LAGOANO PACHECO pegou seu boné e disse "adeus". Foi somar-se a tantas outras figuras ilustres desaparecidas. Deixou uma marca aqui na terra, de bons exemplos. Deixou também muitas saudades.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de congratulações ao COLÉGIO SENHOR BOM JESUS, pela passagem no dia de ontem do seu 84.º aniversário, como entidade educacional, que brevemente estará inaugurando, em Campo Largo, um dos mais modernos complexos escolares do Brasil.

Requer, outrossim, aprovado o presente, seja dada ciência da decisão da Casa à direção do estabelecimento supra citado.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.980

a) Carlos Zanlorenzi.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente, com URGÊNCIA, ao Ilmo. Sr. Diretor da Polícia Civil, solicitando as seguintes informações:

- 1 - Qual o Delegado que, atualmente, se acha responsável pelas investigações do crime que vitimou as duas irmãs japonesas, ocorrido na cidade de Londrina, no dia 7 de agosto de 1.973?
- 2 - Há quanto tempo esse Delegado está designado para tais funções, e o que o mesmo tem feito no sentido do esclarecimento do referido crime?
- 3 - Qual o número do ato designatório bem como a data da sua expedição?
- 4 - Qual a fase em que se encontra e, qual o Delegado que está presidindo e o que tem sido feito, para esclarecer o crime que vitimou a menor "ELIZABETE" ocorrido no primeiro semestre de 1.975, no jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina?

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.980

a) José Tavares.

## JUSTIFICATIVA:

Os crimes acima mencionados, ocorridos na cidade de Londrina, há muitos anos, até agora não foram esclarecidos. As causas desse silêncio, desconhecemos. O que não justifica é a inércia da Polícia Civil, diante de crimes violentos, como os acima mencionados. O mistério que envolve ambos os crimes, tem em muito, desgastado a imagem da Polícia Civil do Paraná. O Sr. Diretor da Polícia Civil, em conversa que mantivemos, há algum tempo, prometeu providências, e, até agora nada de concreto. Será que o mesmo está incorrendo nos erros e omissões que os delegados responsáveis pelo esclarecimento de tais crimes cometeram e continuam a incorrer? Não é possível. O povo de Londrina espera que as autoridades responsáveis acordem do sono da inoperância ou quem sabe do desinteresse.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, o encaminhamento de expediente aos Excelentíssimos Senhores Dr. Edson Neves Guimarães, Secretário das Finanças e Dr. Jucundino Furtado, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., apelando àquelas autoridades no sentido de que estudos sejam efetuados objetivando a viabilidade de instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, na cidade de Matinhos.

A nossa sugestão encontra ampla justificativa, levan-

do-se em conta o elevado índice de crescimento demográfico do município, quer de sua população efetiva ou flutuante, bem como o expressivo aumento da população rural e o natural desenvolvimento da produção agrícola, particularmente da mandioca, cana de açúcar, etc. Consequentemente verifica-se também um considerável aumento nas operações comerciais através de Bancos, que atualmente são feitas na única agência daquela cidade, causando, muitas vezes, congestionamento que obriga aos comerciantes e agricultores, a se deslocarem a Paranaguá, para efetuarem suas transações, com os naturais e inevitáveis prejuízos financeiros e perda de tempo.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.980

a) Nelson Buffara.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. JOSÉ BECK LOUREGA, Digníssimo Delegado Regional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Paraná, solicitando a instalação, ainda no exercício de 1.980, de uma agência daquela Fundação no Município de Dois Vizinhos.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e Excelentíssimos Srs. Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.980

a) Deni Schwartz.

## JUSTIFICATIVA:

A aprovação do presente requerimento pelo Poder Legislativo Estadual virá reiterar solicitação do Legislativo Municipal de Dois Vizinhos, que bem justifica a necessidade da instalação urgente de uma agência do IBGE naquele município.

"Dois Vizinhos é hoje polo de uma região. Estão jurisdicionados àquele município os Municípios de Verê, São Jorge d'Oeste, Salto do Lontra, Nova Prata, em relação ao Banco do Brasil. O Poder Judiciário engloba também os Municípios de Salto do Lontra e Nova Prata. Possui além do Banco do Brasil, agências do Banco do Estado do Paraná e Banco Bamerindus do Brasil S.A., Posto da Receita Federal, Agência de Rendas do Estado, representação do INPS e FUNRURAL, faltando-lhe uma agência do IBGE".

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às seguintes autoridades: Ministro do Planejamento, Antônio Delfim Neto; Ministro das Minas e Energia, César Cals de Oliveira e ao Presidente do CNP - Conselho Nacional do Petróleo, General Oziel de Almeida Costa, sugerindo a criação do subsídio da gasolina para os taxistas, que no Brasil atingem o número de 450 mil.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.980

a) Fiori Luiz.

## JUSTIFICATIVA:

O recente aumento da gasolina, e os que já estão anunciados, poderão trazer sérios dissabores para as autoridades, que não conseguem controlar a marcha galopante da inflação.

O índice de reajuste nos últimos nove meses foi de 170%, a saber: de Cr\$ 10,20 foi a Cr\$ 14,30 - igual a 40% de aumento - e depois para Cr\$ 22,60, ou seja, 58% de aumento. O penúltimo dos reajustes foi há menos de 2 meses quando a gasolina passou a custar Cr\$ 26 o litro. O último, dia 24 de abril,

com a gasolina comum passando de Cr\$ 26,00 para Cr\$ 28,00 o litro, num aumento de 7.7%.

Nos quatro primeiros meses de 1.980, a gasolina sofreu um aumento de 23,89%.

Os reajustes nos preços dos derivados têm como objetivo principal, segundo as autoridades, regularizar o fluxo de caixa entre a Petrobrás e o CNP. O Ministro das Minas e Energia disse que os dois últimos aumentos foram insuficientes para cobrir a desvalorização do cruzeiro e o aumento nos preços internacionais do petróleo. A política governamental visando conter o consumo de combustível tem sido feita pelo controle de preços, o que traz sérias consequências sociais.

As altas da gasolina têm sido injustas para o consumidor, já que os aumentos dos óleos diesel e combustível têm sido muito menores, e todos os produtos são derivados do petróleo.

O consumo médio de gasolina no Brasil, por mês, é de aproximadamente 1 bilhão e 100 mil litros.

Com o último aumento foram reajustados os preços de 28 produtos derivados do petróleo. Embora esses aumentos programados atinjam todas as classes da sociedade brasileira, uma das mais sacrificadas, sem dúvida, é a dos TAXISTAS. Hoje no Brasil são mais de 450 mil motoristas de táxi, que enfrentam o processo de extinção, pois a classe está sendo marginalizada e tornando-se economicamente inviável.

O Governo poderia amenizar o drama dos taxistas, criando o subsídio da gasolina, total ou parcial. É o apelo que fazemos em nome da classe dos motoristas de táxi pois, exceto as grandes frotas de Rio e São Paulo, nos demais Estados, o taxista tem no veículo a fonte de renda para o sustento da família. E nos últimos meses o movimento caiu mais de 50%, principalmente no interior, agredindo dessa forma o orçamento doméstico dos taxistas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição, nos Anais da Casa, do comentário do jornalista Antonio Carlos Lacerda, publicado no jornal "Gazeta do Povo", do dia 12 do corrente, sob o título "Fábula".

Tal comentário, enfoca a tese a qual este Parlamentar vem defendendo insistentemente nos seus pronunciamentos, com apoio dos demais Pares do Bloco Parlamentar a que pertence.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.980

a) Gabriel Manoel.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 41/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SECRETÁRIAS DO PARANÁ"— ASSEPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1980.

a) Airton Cordeiro.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, tem funcionado com regularidade desde a sua fundação, obedecendo, integralmente, as disposições contidas na legislação vigente, e especialmente, cumpre todo o contido na Lei n.º 6994 de 12.01.78, o que por si só, autoriza a medida ora

pretendida.

Dos seus Estatutos, que acompanham o presente plano de lei, pode-se notar que a mesma possui personalidade jurídica definida, com registro há mais de um ano.

Percebe-se, também, que a Associação das Secretárias do Paraná, não remunera sua Diretoria sob qualquer forma ou pretexto, completando, assim, as exigências legais.

##### PROJETO DE LEI N.º 42/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA "CAMINHO, VERDADE E VIDA", com sede e foro na cidade de Araucária.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1980.

a) Airton Cordeiro.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação pertinente à matéria, e tem por objetivo o estudo de todos os fenômenos relativos às manifestações espíritas, e suas implicações científicas, filosóficas e religiosas, utilizando-se das Obras Codificadas de Alan Kardeck e ensino da Doutrina Espírita às crianças, adolescentes e adultos, e assistência espiritual e social.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos Senhores Deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

##### PROJETO DE LEI N.º 43/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede e foro no Município de São José dos Pinhais

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1980.

a) Airton Cordeiro.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação Federal, Estadual e pertinente a matéria, e tem por objetivo a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada de crianças e serviços sociais.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

##### PROJETO DE LEI N.º 44/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE IDOSOS", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1980.

a) Airton Cordeiro.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação Federal, Estadual e pertinentes à matéria, e tem por objetivo proporcionar aos seus associados atividades sociais, culturais, educacionais, recreativas, de lazer e outras. Para cumprir suas finalidades filantrópicas, a A.P.I. dentro de suas possibilidades, poderá promover atividades que correspondam aos interesses e necessidades da comunidade.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos Senhores Deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Notícias de Porto Alegre dão conta das declarações do Ministro Jair Soares que garantiu que o Governo não deseja prorrogar os mandatos de Prefeitos e Vereadores, afirmando que quem deseja a prorrogação dos mandatos são os Vereadores que querem permanecer no cargo por mais tempo.

É incrível que declarações dessa natureza continuem a sair da boca de Ministros.

Na verdade todas as manifestações que temos ouvido das Câmaras Municipais são voltadas para a luta pelas eleições municipais neste ano.

E o mais curioso é que ao mesmo tempo em que o Ministro da Previdência e Assistência Social acusa os Vereadores de interesseiros, o Senador Jarbas Passarinho — Líder do Governo, declarava em Belém do Pará que ele pessoalmente é contrário às eleições este ano, dando como razões que dos 5 partidos, somente 3 deles: PDS, PMDB e PP concorreriam.

Aliás o próprio Senador Jarbas Passarinho que antes não defendia a prorrogação, hoje já mudou de tática.

Vale citar um trecho do artigo de hoje da "Folha de São Paulo" que diz que o Senador Passarinho no início da semana passada trina de um jeito, ao passo que agora entoa como galo de briga ao dizer que a oposição vai ter que escolher entre prorrogar com o Governo os mandatos municipais ou a nomeação dos Prefeitos pelos Governadores.

Ou seja, que a oposição deve escolher entre a cruz e a caldeirinha.

A propósito de tais fatos, quando todos sabemos que o Governo não quer a realização das eleições municipais para este ano, o Partido Popular divulgou nota oficial repudiando a prorrogação de mandatos de Prefeitos e Vereadores, cuja nota para que conste dos Anais da Casa, vamos ler desta tribuna:

A Comissão Provisória do Partido Popular, pela unanimidade de seus membros, em consonância com as suas bancadas no Senado e na Câmara dos Deputados e depois de asculadas as suas bases nos Estados, decidiu, ratificando deliberações anteriores, empenhar-se, por todos os meios ao seu alcance, na realização das eleições municipais. Não aceitamos como procedentes as razões de que o Governo e o seu partido vêm até agora se valendo para promover o cancelamento das eleições com a prorrogação dos mandatos dos atuais Prefeitos e Vereadores.

Essa política, se adotada, será profundamente nefasta à vida de nossas comunas, cujas populações serão submetidas à administração projetada no tempo além dos limites legais outorgados pelo povo.

A prorrogação dos mandatos é uma violência inconcebível aos princípios democráticos e, quando levada a efeito com uma injustificável supressão de eleições, usurparam-se direitos inalienáveis do povo, cuja participação na escolha

de seus dirigentes é imprescritível.

Nem se diga que a prorrogação torna-se inevitável porque os partidos, em fase de organização, não se encontram em condições de, a tempo, se prepararem para o pleito.

Com um mínimo de boa vontade e compreensão, o Congresso poderá, com votação de diploma legal adequado, assegurar plenas condições à realização das eleições.

Se não houver o pleito será porque o Governo e o seu partido mais uma vez somaram os seus esforços em mais essa agressão ao que existe de fundamental nas democracias: o voto.

Os atuais detentores do poder, como se vê, se dispõem a todas as aberturas, só não admitem, em hipótese alguma, que nas diversas esferas do Governo, o poder será devolvido ao povo.

Querem uma democracia sem voto para mais comodamente desfrutarem das posições que galgaram através de expedientes que comprometem a sua legitimidade e representatividade.

Por estas e outras do mesmo estof, vai o Governo, dia a dia, perdendo a sua credibilidade junto à opinião pública nacional, porque os seus compromissos não encontram respaldo nos fatos, sempre ditados pelas suas conveniências e interesses.

Não se atenta que essas práticas e pressões, do arbítrio ainda vivo no espírito dos nossos governantes, expõem a opinião pública a respeitabilidade do Poder Legislativo, além de criarem para o Poder Judiciário e constrangimento de não poderem cumprir o seu dever precípua de preparar, organizar e realizar eleições.

O Partido Popular protesta, com a maior veemência, contra a supressão do pleito municipal, denuncia à nação o Governo e seu partido por essa mutilação do processo democrático e os responsabiliza por todas as conseqüências decorrentes deste violento atentado à lei, à ordem e à constituição.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje nós estamos aqui na tribuna para dirigir ao povo do Paraná uma pálida mensagem dos homens que são realistas, dos homens que ao abrirem um jornal do gabarito da "Gazeta do Povo", olham na coluna do Antonio Carlos Lacerda, um jornalista imparcial, um jornalista, um homem que transmite diariamente as suas opiniões ou a sua opinião. Ficamos hoje deveras satisfeito ao ver que ainda existem homens de bom senso no Paraná, como esse jovem que queríamos que a sua mensagem ao povo do Paraná, a sua mensagem realística, a mensagem dos homens que dentro da humildade, como nós, acham que as eleições de novembro são inviáveis.

Homens que não têm compromisso algum a não ser com o povo; homens que não têm compromisso com Senadores biônicos; homens que estão lutando junto com o povo homens que estão lutando por um só ideal, pelo bem estar de sua terra e de sua gente.

Sr. Presidente, nós no nosso requerimento dentro da modéstia peculiar aos homens que votariam nos Vereadores mais uma vez hoje eleitos, nos Prefeitos dignos que estão representando a sua Comuna, numa fase de transição do País, onde se procura dentro do nosso partido, o partido do Governo que não fabrica greves, que não se esconde atrás das Igrejas para tumultuar a nossa querida Pátria.

Então é isso e sem falsa demagogia que eu me permito a pedir vênica para ler este pequeno trecho publicado na "Gazeta do Povo" do inteligente colunista Antonio Carlos Lacerda.

Sr. Presidente, diz o colunista: "É a velha história do sapo que queria ser atirado no fogo em vez da água, que é o seu elemento natural. O sapo, bom psicólogo, achava que seria contrariado em seu desejo e, preferindo água, pedia o fogo."

É isto o que pedem os homens que estão contra o Brasil. É uma fábula naturalmente, que se conta para as crianças, como primeira lição prática de fingimento para enganar o algoz. Os políticos brasileiros estão ante um fato consumado, que é a prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores por mais dois anos. Estão buscando uma fórmula para evitar o pleito de novembro, em todo o País, evidentemente sem que se precise impor a prorrogação. Todo o mundo político está de acordo e deseja, aberta ou veladamente, que isto aconteça, mas a oposição insiste que deve haver eleição, que é uma necessidade do processo democrático e vai por aí, como o sapo, querendo a água e pedindo o fogo.

A nossa sorte, Sr. Presidente, a nossa sorte, Srs. Deputados, como diz o colunista, é que o Ministro da Justiça é um ex-pessedista e não um mal-humorado ex-udenista, que nesta altura jogava o sapo no fogo e faria uma eleição em que o Governo tem 99 por cento de possibilidade de arrasar uma oposição que ainda não sabe o espaço que vai ocupar e nem como irá se articular nos próximos meses".

Não defendemos, Sr. Presidente, uma anomalia, defendemos apenas os homens honrados, os Vereadores que foram eleitos por quatro anos, e seriam eleitos por seis e por dez anos, os quais não foram os Senadores biônicos; os quais não foram os homens da calada da noite.

Vemos aqui, todos os dias, essas balelas dos homens que não querem enfrentar a realidade, dos fabricantes de greves; dos homens que estão na Igreja a se esconderem porque não querem enfrentar a realidade.

Pergunto, Sr. Presidente, imprensa do meu Paraná, que crime há em prorrogarmos o mandato? Serei o primeiro homem a dizer da tribuna, em alto e bom som: sou favorável à prorrogação de mandatos, porque confio na Justiça do Brasil; na Justiça do Paraná e principalmente, nos Vereadores e Prefeitos que foram eleitos.

Agora, quem não quer, são os homens que têm medo de prestar contas daqui há dois anos, por sua inoperância. Não temos, Sr. Presidente, Senadores Biônicos; são os Prefeitos eleitos pela vontade do povo, e Vereadores, que defendemos sem demagogia. Porque os nossos Prefeitos e Vereadores seriam eleitos por seis ou dez anos, com a maioria do povo.

Não fabricamos greves. Estamos ao lado do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde, é para justificar um requerimento que estamos encaminhando à Mesa, pedindo algumas informações ao Sr. Diretor da Polícia Civil.

No ano passado, por duas vezes, estivemos com o Sr. Diretor da Polícia Civil do Paraná, que é um Promotor de Justiça da Capital. E narramos a Sua Senhoria alguns fatos relacionados com o setor da Segurança Pública do Município de Londrina. E, naquela oportunidade, levamos ao conhecimento do Sr. Diretor da Polícia Civil do Paraná, alguns casos gravíssimos ocorridos na Cidade de Londrina, e que até hoje nenhuma providência foi tomada.

Eu tomei esta iniciativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de visitar o Sr. Diretor da Polícia Civil, bem como o Sr. Secretário de Segurança Pública, porque esses fatos a que me refiro no meu requerimento, ocorreram em gestão anterior. E me senti no dever e na obrigação de, pessoalmente, levar tais fatos ao conhecimento daquelas autoridades, para que elas tomassem

alguma providência. O tempo foi mais do que suficiente, para que as autoridades responsáveis pela Segurança Pública do Paraná fizessem alguma coisa.

Lamentavelmente, até agora, nada foi feito.

Por esta razão é que estamos encaminhando à Mesa um pedido de informações àquelas autoridades, buscando alguns esclarecimentos, querendo saber por que até agora nada foi feito, para que pudesse dar à opinião pública de Londrina e do Paraná os esclarecimentos necessários de crimes que até hoje continuam a traumatizar o povo do Município de Londrina e do Norte do Paraná.

Dizia-me o Sr. Diretor da Polícia Civil, que ele desconhecera tais fatos mas que, a partir daquele instante, ele haveria de tomar as providências cabíveis e a primeira providência que o Diretor da Polícia Civil tomou foi, saber qual delegado que presidia, em caráter especial, as investigações daqueles crimes, e qual não foi a nossa surpresa quando nos informou que o delegado responsável pelas investigações, era não menos o comentado Delegado Durval Simões, e o que é pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que já naquela época, este inquérito policial achava-se há mais de um ano nas mãos daquele delegado, sem ter tomado sequer uma providência que visasse o seu esclarecimento.

Sendo um dos crimes que mais traumatizou Londrina, um dos crimes que mais fez Londrina chorar e até hoje, para vergonha nossa, para vergonha das autoridades responsáveis pela segurança pública, nada, nada sequer, foi feito.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse nosso requerimento, visa colher algumas informações, dentre as quais, saber do Sr. Secretário da Segurança Pública e do Diretor da Polícia Civil, repito, que é Promotor da Justiça da Capital, por que até a presente data esses crimes não foram esclarecidos?

Aqui nesta Casa é muito comum trazer assuntos desta natureza, quando um dos envolvidos tem alguma participação política.

Eu citaria o exemplo do crime que vitimou o jornalista Antônio Heleno, em Cascavel.

Sessões e mais sessões foram dedicadas ao esclarecimento desse crime, e o que se sabe até hoje, é que o Prefeito de Cascavel, graças ao seu poderio econômico e político, continua impune, uma vez que as acusações contra a sua pessoa são mais do que convincentes.

Mas eu pergunto: esses dois crimes a que me refiro, neste momento, neste requerimento, o primeiro ocorrido em 1973, duas irmãs japonesas foram violentadas, estupradas, seviciadas e mortas, com lesões de fraturas no crânio. As pessoas suspeitas, os implicados, são filhos de famílias importantes em Londrina. Talvez seja por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez seja por isso que o Sr. Durval Simões que foi chamado de corrupto numa emissora de televisão, há mais de um ano, se acha à frente das investigações, desse caso, e até agora nenhuma providência ele trouxe à população do Paraná.

Fica aqui, Sr. Presidente, a oportunidade e o apelo até ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, que é um Coronel do Exército, ao Sr. Diretor da Polícia Civil do Paraná, que é um Promotor de Justiça, e nos termos da nossa legislação penal brasileira, o titular da ação penal, o fiscal da lei, fica aqui um apelo e também o compromisso deste Deputado, de responsabilizar essas autoridades, caso esses crimes não sejam pelo menos esclarecidos, e a opinião pública tome conhecimento do que Polícia Civil do Paraná vem fazendo para tal.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Sr. Deputado Federal Ulysses Guimarães, Presidente da Comissão Provisória Nacional do PMDB, bem como do Senador José Richa, dos Deputados Federais Maurício Fruct e Osvaldo Macedo.

Registra também a presença em nosso plenário do Sr. Deputado Norton Macedo. Satisfação do Poder Legislativo em receber tão ilustres autoridades em nosso Poder.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna no dia de hoje, é exatamente para trazer ao conhecimento desta Casa, a discriminação que existe entre o Estado do Paraná e o Estado do Rio Grande do Sul.

Todos os Senhores Deputados desta Casa sabem que, em termos de representatividade na escolha de Ministros, de homens para ocuparem os escalões mais altos da administração federal, sempre o Rio Grande do Sul levou nítida vantagem sobre o Estado do Paraná. E hoje então, levou uma vantagem muito grande, porque o único Ministro que tínhamos no Governo Federal, era o ex-Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, e que hoje o Paraná não tem mais representante algum na esfera do Governo Federal.

O trabalho que realizamos e vamos apresentar nesta Casa, no dia de hoje, é um comparativo entre o que a Previdência Social vai aplicar ou já está aplicando ou irá aplicar em 1980, no Rio Grande do Sul, e o que a Previdência Social está aplicando ou irá aplicar no transcorrer deste ano, no Estado do Paraná.

Para que nós pudéssemos chegar depois a determinados comentários, faria, inicialmente, a leitura de um requerimento que estamos encaminhando, se aprovado por esta Casa, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência Social, Dr. Jair Soares, e também ao Presidente do INAMPS, exatamente no sentido de que seja nivelado o mesmo atendimento “per capita” no Paraná, nivelado, igual ao atendimento “per capita” do trabalhador gaúcho. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Srs. Ministro da Previdência e Assistência Social, JAIR SOARES, e ao Presidente do INAMPS, HARRY VALDYR GRAEFF, rogando a equiparação da dotação orçamentária - conferida ao Paraná, para as diversas atividades assistenciais, à do Rio Grande do Sul, considerando que o Paraná, com uma clientela rural muito mais elevada, recebe recurso inferior ao do Rio Grande do Sul, agravando-se o problema no tocante à assistência hospitalar, para a qual o Estado do Paraná tem um valor “per capita” de Cr\$ 101,00, enquanto para o Rio Grande do Sul esse valor é de Cr\$ 328,00.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

Na análise comparativa entre Paraná e Rio Grande do Sul, da detenção de recursos para o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS/1980, fica configurado que:

O Paraná, com 8 por cento da população nacional (... 10.326.900 hab.), 2,4 por cento do território brasileiro e com 57,5 por cento de sua população no meio rural - 5.911.600 (79,4 por cento a mais que a do RS), participou em 1979, no contexto nacional, com: 7,8 por cento da produção nacional (estima-se para 1980 uma participação de 9,1 por cento) e com 14,7 por cento e 4,00 por cento no valor e volume, respectivamente, da exportação de produtos básicos pelo Brasil (nov. 79). A nível estadual, nas arrecadações fiscais, o meio rural participou com 20,3 por cento. Por outro lado, todos os reflexos da situação dada se estendem aos demais setores econômicos.

O RS, com 6,8 por cento da população nacional, 3,3 por cento do território brasileiro, tem 39,5 por cento de sua população no meio rural. No contexto nacional, em 1979, participou com 5,1 por cento da produção agrícola brasileira (estima-se para 1980 uma participação de 6,0 por cento). Sua participação na pauta das exportações brasileiras de produtos básicos corresponde a 14,1 por cento e 3,6 por cento no valor e volume, respectivamente. Na arrecadação fiscal estadual, o setor agrícola participa com 13,1 por cento.

Quanto ao orçamento do Programa Saúde, que diz mais diretamente às atividades de assistência hospitalar, ambulatorial e de assistência médica aos acidentados, verifica-se que:

O RS, em todos os programas e atividades, tem recursos superiores aos do Paraná, exceto na atividade de assistência ambulatorial à clientela rural (quadro número 01).

Em função das dotações orçamentárias para as diversas atividades assistenciais, classe de clientela e da população rural e urbana, verifica-se que a assistência hospitalar para a clientela urbana paranaense representa um valor de Cr\$ 612,00 “per capita”; para a clientela urbana gaúcha, representa um valor de Cr\$ 746,00 “per capita”. Já na clientela rural, a assistência hospitalar representa no Paraná, um valor de Cr\$ 101,00 “per capita” e, para o RS, Cr\$ 328,00 “per capita”. Análise semelhante para as outras atividades assistenciais está no quadro 2, onde poder-se-á verificar que somente no tocante à assistência ambulatorial é que o Paraná tem valor “per capita” superior, na clientela rural.

Ressalte-se que para efeito de internação, o valor “per capita” conferido ao Paraná é de apenas Cr\$ 2.488,00, enquanto para o Rio Grande do Sul é de Cr\$ 5.138,00. Relembrando com respeito a assistência hospitalar já mencionada, em que o valor “per capita” para o Paraná é de Cr\$ 101,00, cumpre-nos salientar que tal importância é inferior à consulta que o próprio INAMPS paga.

De forma geral, o Programa Saúde corresponde, no Paraná, a um valor de Cr\$ 1.125,00 “per capita”, na clientela urbana e de Cr\$ 158,00 “per capita” na clientela rural. No Rio Grande do Sul, corresponde a um valor de Cr\$ 1.534,00 “per capita” na clientela urbana e de Cr\$ 384,40 “per capita” na clientela rural.

Desta forma, é fácil deduzir que a assistência prestada para o rurícola paranaense e sua família está muito longe de atingir as condições ideais de amparo material e de assistência social conveniente”.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Toda vez que alguém ocupa a tribuna para apresentar dados e números, realmente se torna cansativo e até difícil de acompanhar, mas é importante que se leia alguns números do plano de aplicação do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, através da Secretaria de Planejamento e do Departamento de Orçamento de Programa para o Rio Grande do Sul e o mesmo programa para o Estado do Paraná.

Senão, vejamos aqui: na Administração Geral. Enquanto o Paraná tem apenas Cr\$ 440.100.000,00, o Rio Grande do Sul Cr\$ 504.000.000,00, com uma diferença a favor do Rio Grande do Sul de Cr\$ 63.900.000,00.

Na clientela urbana, enquanto o Paraná recebe apenas Cr\$ 2.702.300,00, com 42 por cento da sua população, o Rio Grande do Sul recebe Cr\$ 3.763.200.000,00.

Continuo, Sr. Presidente.

Assistência Ambulatorial: Enquanto no Paraná recebemos Cr\$ 2.150.300,00, o Rio Grande do Sul recebe Cr\$ ... 3.723.300.000,00 com uma diferença para o Rio Grande do Sul de Cr\$ 1.537.000.000,00.



Na assistência médica ao acidentado, enquanto o Paraná recebe no total de Cr\$ 114.000.000,00, o que corresponde a 1,78 por cento "per capita", o Rio Grande do Sul recebe Cr\$ 249.600.000,00.

Por outro lado ...

Sr. Presidente, peço permissão para ler na outra tribuna, lá.

Continuo, Sr. Presidente, e lamento profundamente.

Mas o detalhe mais curioso, Sr. Presidente, desta diferença entre a Assistência Médica para o Paraná e a Assistência Médica para o Rio Grande do Sul, é que, em dados divulgados recentemente, o Paraná conta com uma população urbana de 4.415.300 pessoas, o que corresponde a 42,8 por cento. A população rural do Paraná é de 5.911.600 pessoas, que dá um total de 10.326.900 pessoas.

A população rural do Rio Grande do Sul, urbana. ... 5.045.600 pessoas; a população rural 3.294.700 pessoas, o que corresponde a uma população de 8.340.300 pessoas.

Agora, o mais importante de tudo isto é que, o Paraná, para atender uma população rural de 5.911.600 pessoas, recebe da Previdência Social apenas Cr\$ 597.000.000,00. A mesma Previdência Social, para dar os mesmos benefícios ao trabalhador gaúcho, para uma população de 3.294.700 pessoas, recebe Cr\$ 1.079.000.000,00.

O que caracteriza aqui, Sr. Presidente, exatamente a denúncia que nós estamos fazendo. O Paraná com um pouco mais de 6 milhões na sua população rural, e menos de 600 milhões para o seu atendimento.

O Rio Grande do Sul, com pouco mais de 3 milhões na sua população rural, recebe mais de um bilhão de cruzeiros da Previdência Social.

Fazendo com que, nesta distribuição, exatamente, cada habitante rural do Rio Grande do Sul tenha um recurso anual de 328 cruzeiros, o que respectivamente ao Paraná tem a população rural do nosso Estado, apenas 101 cruzeiros por ano, fora a assistência médica, ambulatorial, odontológica, de internamento hospitalar, tudo isso. Apenas 101 cruzeiros, por ano, para cada habitante rural do Paraná.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que estamos apresentando este requerimento, para que, não sei se podemos caracterizar como uma discriminação social entre o trabalhador paranaense ao trabalhador gaúcho. Agora, o que podemos realmente caracterizar aqui, é de que o trabalhador paranaense, a população urbana paranaense, produz quase o dobro da produção agrícola do Rio Grande do Sul. A participação do Estado do Paraná no mercado interno, é muito maior do que a participação do Rio Grande do Sul.

Absolutamente, não temos nada contra o trabalhador do Rio Grande do Sul; ao contrário, enquanto a distribuição de assistência médica para o trabalhador urbano gaúcho, ultrapassa a mais de mil cruzeiros, ao do trabalhador rural apenas Cr\$ 328,00. Enquanto a distribuição "per capita" de assistência médica ao trabalhador urbano paranaense chega a Cr\$ 612,00, a distribuição de assistência médica ao trabalhador rural paranaense é de apenas Cr\$ 101,00.

Então o nosso alerta aqui, a nossa estranheza, não é de maneira alguma ao povo gaúcho, que está, como se diz na gíria aqui, que está na dele, reivindicando, gritando, brigando, para que realmente eles tenham maior participação neste bolo da Previdência Social.

Agora, um detalhe interessante ainda, que o Estado do Paraná, dentro do bolo da Previdência Social, na contribuição dos dois e meio por cento, é o único Estado do Sul com "superavit". Enquanto o Rio Grande do Sul está com toda a sua assistência médica hospitalar, rural, com a despesa superior à receita, o Estado do Paraná é o contrário.

Aqui em nosso Estado, a receita tem um "superavit" de mais de dois bilhões de cruzeiros, daquilo que o FUNRURAL

recolhe do nosso Estado.

Então, o motivo do nosso pronunciamento, é de alertar as autoridades brasileiras da necessidade da equiparação de atendimento ao trabalhador paranaense, que, em última análise, há tantos gaúchos neste Estado, que nós estaremos também protegendo o próprio Rio Grande do Sul.

E que se equipare. Mas não equiparar por baixo; é elevar de Cr\$ 101, pelo menos para Cr\$ 328,00, que é o que o trabalhador rural gaúcho hoje tem como assistência médica. O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Primeiramente, desejo parabenizá-lo pela extraordinária apreensão trazida à Casa.

Se os números são cansativos, mais do que isso, eles são apreensivos.

Porque, na verdade, a disparidade entre a previdência que se desenvolve no Rio Grande do Sul e no Paraná, talvez só é comparável à disparidade que existe entre o atendimento urbano do Paraná e o atendimento urbano do Rio de Janeiro, conforme instruções que também temos do responsável pelo setor previdenciário em nosso Estado, porque consta a existência de mais de 40 mil funcionários atendendo o grande Rio, enquanto que aqui no Paraná temos menos de 2.000, num contingente populacional praticamente próspero. Gravíssima é essa denúncia, efetivamente.

Por que se dá ao Rio Grande do Sul esse tipo de tratamento? Será por que os gaúchos são mais dados à rebeldia, ao protesto, reclamam mais, se unem mais na hora da reivindicação? Será que o que está por trás de tudo isso não seria o poder político que a própria comunidade gaúcha tem conquistado, fazendo com que o atual Ministro Jair Soares saísse das hostes governamentais, ex-Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul?

E se nós aí compararmos, vamos começar a entender a ausência de poder político que hoje o Paraná tem na esfera superior, porque nem Ministro mais nós temos, representando este Estado, tão bem conceituado entre toda a Federação Brasileira, mas mais que isso, mais que este aspecto só político, que nós estamos perdendo e perdendo há tanto tempo, porque até nas reivindicações da agricultura temos estado a reboque do povo gaúcho, das representatividades daquele Estado, em que pese estejamos começando a romper esse amadorismo e dependência do que vem do sul.

Mas, mais do que o poder político, que nós estamos aquém do que o gaúcho conseguiu, mais do que essa disparidade, e eu assumo aqui essa expressão de descrédito ao nosso Estado, potencialmente mais representativo no setor primário do que o Sul, no entanto, também há outro aspecto.

Nós é que sentimos o reflexo maior, ilustre Deputado, e Vossa Excelência tem sido, neste aspecto, primoroso, ao trazer esse tipo de trabalho e depoimento à Casa, é da ausência de uma política social neste Estado, o Paraná, que é o Estado que mais reflete o capitalismo com toda a sua perversidade no campo, é o bóia-fria, é o sub-emprego, é a concentração de propriedade, é a ausência de uma política social adequada e todos nós sabemos que a Previdência Social é um dos fatores de permanência do homem no campo, de conseguir fixar o homem no seu habitat interiorano e conseqüentemente, tem um relevo primordial que é diminuir o êxodo rural, e se esse Estado está pagando tão caro pela sua mecanização, pela tecnologia agrícola que está sendo imposta abruptamente ao homem rural, nós temos ainda, fora isso, a ausência da Previdência Social mais adequada aos interesses nossos.

E não querendo me alongar mais, Deputado, se nós analisássemos, nos outros setores, a diferença que existe entre Juntas Trabalhistas atuando no interior do Rio Grande e atuando no interior do Paraná, é tão inexpressiva a quantidade de Juntas de Conciliação e Julgamento no setor trabalhista do

Paraná comparando com o Rio Grande do Sul, que dá 10 por cento e isso tudo tem então o seu casamento, entrelaçamento das coisas.

Não temos tempo para começar, o poder político, e faltam às nossas autoridades e a nós mesmos, a ousadia cobrar do setor federal maior respeito a esse Estado. Se nós somos potentes e grandes para trazer aos cofres do País 17 por cento da sua exportação, mais de 1/3 da sua riqueza agrícola, nós não temos, na verdade, representatividade adequada e o último Ministro que tivemos, viu-se obrigado a tornar-se demissionário e hoje está aí servindo uma multinacional, em vez de servir o Paraná na esfera federal.

Até quando, Deputado? E é somente com depoimentos como o de Vossa Excelência nesse dia, mesmo contra aqueles que não querem ouvir, a frieza, a aridez e a perplexidade dos números, nós haveremos de tentar aos poucos, romper a surdez, acabar com a mudez e transformar nosso grito num gemido de desespero quase, para que este Paraná seja ao menos respeitado pelo potencial que ele é. Parabéns por sua colocação, neste dia.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado pelo seu aparte, nobre Deputado.

Antes de conceder aparte ao nobre Deputado Deni Schwartz, eu ainda na noite de ontem, assistindo a um programa de televisão, que é transmitido para todo o País, ouvi num quadro do mesmo, chamado "Tribuna Livre", um representante classista aqui do Paraná, quando denunciava por um minuto apenas a todo um sistema hospitalar de nosso Estado, pelos baixos salários, e pelo não cumprimento das próprias convenções, dos acordos de trabalho que foram realizados entre a classe empresarial, proprietária de hospitais e os enfermeiros técnicos, todo mundo que trabalha no hospital.

Talvez a resposta àquele líder, que ontem esteve na televisão, esteja aqui: enquanto lá no Rio Grande do Sul o atendimento hospitalar "per capita" das internações alcança Cr\$ 5.138,00, no Paraná, este mesmo internamento, esta mesma assistência é de apenas Cr\$ 2.488,00.

Se tivéssemos esta equiparação, evidentemente que os hospitais teriam condições de remunerar melhor o seu profissional. O nosso movimento sindical no Paraná hoje, nós temos 33 hospitais, sabemos o quanto é duro a luta para se pagar bem ao enfermeiro, ao atendente, ao médico, a todos aqueles que trabalham dentro dos hospitais. Exatamente por isto, pela baixa participação neste bolo todo da Previdência.

Com o aparte, o nobre Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Sr. Deputado, Vossa Excelência traz à Casa um dos fatores do empobrecimento do nosso Estado.

Realmente, somos os maiores exportadores, produzimos 30 por cento dos grãos da produção nacional, mas, em compensação, temos a menor renda "per capita" do Sul do País.

Como tecnocrata, responderia ao requerimento de Vossa Excelência da seguinte maneira: provavelmente será esta a resposta, damos mais dinheiro ao Rio Grande do Sul, porque neste Estado existem mais velhos, a população é mais velha. Naturalmente, eles vão esquecer que, em compensação, nós temos uma população ainda jovem, que também necessita de recursos. Certamente esta será a resposta dada.

O importante desta sessão, além da brilhante denúncia que Vossa Excelência traz à Casa, é exatamente a atenção deste Parlamento. Não é só a falta de representatividade nos órgãos superiores que nos leva a este estado de "lamber botas" da Federação.

Não, até nesta Casa, Sr. Deputado, a desatenção ao vosso pronunciamento, não é maior nem menor que a desatenção que todos nós fomos levados, quando discutimos aqui, e passou em brancas nuvens, o convenio que permitiu que os Estados pobres do Sul fossem diminuídos no seu ICM. E no Rio Grande do Sul, graças à atenção de Deputados Estaduais iguais a nós,

este convênio não foi firmado. E, não sendo firmado no Rio Grande do Sul, mudou toda a política de ICM deste País.

É incrível a força que tem o Deputado Estadual, mas o Deputado Estadual do Rio Grande do Sul estava atento a isto.

Ontem ainda, lia num jornal de maior circulação deste País, o "Estado de São Paulo", um argumento neste sentido, dizendo que a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, composta de Deputados, como nós aqui, havia conseguido derubar os conceitos do Sr. Delfim Neto, quando em 1966, criou o ICM.

Veja a importância daquela Assembléia, do irmão Estado do Rio Grande do Sul. Os Srs. Deputados fizeram o Sr. Delfim Neto mudar o seu conceito sobre o ICM e até hoje não se resolveu o problema ainda de, por unanimidade, Deputados do PTB, do PMDB e do PDS, contra os poderosos desta Nação, por unanimidade, não permitiram que o Sr. Governador assinasse um mero convênio e esta não assinatura está gerando toda uma reavaliação do problema do ICM.

E nós, não queremos ouvir os números que Vossa Excelência trouxe à Casa.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Airtton Cordeiro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que dá nova redação ao Art. 73 do Regimento Interno, mantido o Parágrafo Único que lhe foi acrescido pela Resolução nº 21/68, de 30/09/68, passando a vigorar como específica. (Disciplina as Sessões Ordinárias de Plenário). Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 14/80), que aprova Termo de Renovação aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de LARANJEIRAS DO SUL e TO-MAZINA, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos nos referidos municípios. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 09/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 15/80), que aprova Termos de Renovação aos Convênios nºs 50/78 SEPL e 165/78-SEPL, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de ORTIGUEIRA e IMBITUVA, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, em obras públicas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 10/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 16/80), que aprova Termo



aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PIRAQUARA, através da Secretaria de Estado do Planejamento que com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visa a aplicação de recursos financeiros na execução da primeira etapa do Programa de Paisagismo das Vias de Acesso da Região Metropolitana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que cria no Município de Curiúva, o Distrito Administrativo de FIGUEIRA, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria no Município de Barbosa Ferraz o Distrito Administrativo de BOURBÔNIA, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 189/79, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA OGUM MARINHEIRO", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 151/79), que objetiva autorizar o Poder Executivo a realizar com a Cúria Metropolitana, permuta de imóveis situados no Município de RIO NEGRO, com áreas, melhorias e demais características que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 190/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 658,80 m<sup>2</sup>, com frente para a Avenida Comendador Franco, da cidade de Rio Negro, de propriedade do Estado do Paraná, constituído de parte do imóvel objeto do número de ordem 1897, às fls. 141, do Livro 3-A de Transcrição das Transmissões da Comarca, pelo imóvel constituído por uma edificação em alvenaria com dois pavimentos, com 251,43 m<sup>2</sup>, em terreno com área total de 910,83 m<sup>2</sup>, com frente para a Rua Barão do Rio Branco, pertencente à Paróquia de Rio Negro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 20 de novembro de 1979.

(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 190/79

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n.º 190/79, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a realizar permuta com imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica, localizado no Município de Rio Negro.

Conforme justificativa apresentada através da Mensagem, tal permuta se destina a conciliar interesses do Estado proporcionando atender situação com o Poder Judiciário, a fim de que a Comarca de Rio Negro possa contar com residência para o Juiz de Direito Titular daquela Comarca.

Analisando-se a proposição sob o aspecto legal e cons-

titucional, vemos que, nos termos da letra "C" do inciso VIII do Art. 21 da Constituição Estadual, a mesma está em condições de ter a sua tramitação normal por este Poder Legislativo, não havendo qualquer óbice que possa impedir a sua aprovação.

Assim sendo, o nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01/80, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que denomina "Escola Padre Carlos Zelesny - Ensino de 1.º Grau" a unidade escolar implantada no Bairro de Sabará, Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 01/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada ESCOLA PADRE CARLOS ZELESNY — ENSINO DE 1.º GRAU, a unidade escolar implantada no Bairro de Sabará, Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1979.

(a) DAVID FEDERMANN

#### JUSTIFICATIVA:

Ponta Grossa conta entre os seus mais destacados pioneiros na educação e religião, com a figura ímpar do Padre CARLOS ZELESNY.

Este educador nato, que aliou ao seu inusitado amor ao próximo, um espírito desbravador e empreendedor, conseguiu, nos longos anos em que faz parte da comunidade pontagrossense, criar inúmeras escolas ao lado das paróquias que instalava nos recém formados bairros e núcleos que surgiam na cidade.

Para isto, nunca mediu esforços e, muitas vezes, a sua capela era transformada em sala de aula.

Dentre as escolas que fundou, algumas hoje são importantes estabelecimentos de ensino, como o Colégio São Sebastião, a Escola São Jorge - Ensino de 1.º Grau, na Vila Madureira, a Escola São Pedro do Sabará e inúmeras outras.

Hoje, em idade avançada, continua a frente de sua paróquia e das escolas, com o mesmo espírito denodado de amor, trabalho e progresso.

E, na ocasião em que a Escola São Pedro do Sabará, com 700 alunos, se transfere para o prédio construído pelo Governo, sente a comunidade pontagrossense o desejo de render-lhe uma significativa homenagem, nominando a nova unidade escolar de "ESCOLA PADRE CARLOS ZELESNY — ENSINO DE 1.º GRAU".

Pelas razões apontadas, a comunidade pontagrossense, juntamente com este Deputado, confia em que esta Assembléia dará a sua aprovação ao proposto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 01/80

P A R E C E R:

A justificativa, ampla e detalhada, que acompanha o projeto em exame, destaca a extraordinária obra realizada em Ponta Grossa, no campo educacional, pelo Padre Carlos Zelesny, hoje em idade bastante avançada.

Estas homenagens tocam realmente a sensibilidade de quantos vivem em contato com as pessoas que lideram suas respectivas comunidades e, como representante do povo, de certa forma também envolvido com inúmeros cometimentos de interesse popular, sei avaliar o quanto é merecida a presente homenagem.

Face ao exposto, opino pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Gilberto Carvalho, Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 2/80, de autoria do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o “Instituto Pio XII”, com sede e foro na Cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 2/80  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o INSTITUTO PIO XII, com sede na Cidade de Londrina.  
Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 3 de março de 1980  
(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Declarado de utilidade pública municipal, por força da Lei n.º 3.099, de 06 de dezembro de 1979, e fundado em 13 de maio de 1960, o INSTITUTO PIO XII de Londrina, muito tem contribuído na formação social e educacional da criança e do adolescente londrinense, através das obras mantidas por esta entidade, tais como a Creche PIO XII, Recanto Infantil PIO XII e as escolas Jardim de Infância, Pré-Escolar, Pré-Vocacional PIO XII, sendo que aos atendidos por esta Entidade, e dada uma formação fundamental, e a iniciação profissional dentro dos princípios cristãos, sobre a direção e orientação da Sociedade Claretiana de Educação.

Nada mais justo, que também seja outorgado o Título de utilidade pública Estadual a esta entidade, que já está para completar vinte anos de ininterruptos trabalhos, e que tanto tem colaborado para que nosso Estado alcance o desenvolvimento almejado dentro do setor educacional, pois grande tem sido o número de jovens que já passaram e que ainda passam pelos bancos de nossas universidades, e que aprenderam as primeiras letras de nosso alfabeto, nos bancos daquela entidade. E por isso, temos certeza de que poderemos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis, e que para tanto anexamos os documentos que se fazem necessários, para que o INSTITUTO PIO XII, seja declarado de utilidade pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 2/80

PARECER

1. De autoria do nobre Deputado José Lázaro Dumont, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública o INSTITUTO PIO XII DE LONDRINA, com sede e foro na Cidade de Londrina.
2. Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela Legislação reguladora da matéria.
3. Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1980  
(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;  
JOSÉ TAVARES, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/80, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que concede ao cientista Albert Sabin, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 15/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido ao cientista ALBERT SABIN, o título de Cidadão Honorário do Paraná.  
Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 13 de março de 1980.  
(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

ALBERT SABIN, em pleno vigor da existência, já pertence à galeria dos benfeitores da humanidade, ao lado dos expoentes que aprendemos a admirar através do estudo da História.

A descoberta da vacina contra a poliomielite, que se constitui numa defesa segura contra uma das moléstias mais devastadoras, especialmente das crianças, evidencia por outro lado a dedicação de toda a juventude de um homem talentoso ao serviço do seu próximo. No anonimato dos laboratórios, empenhou toda sua inteligência privilegiada na busca de um antídoto à doença perversa, sem dar ouvidos às solicitações do sucesso fácil e imediatista de uma carreira profissional comum.

Neste particular se revela toda a infinita dimensão do seu espírito superior de fraternidade universal.

É bem verdade que veio o êxito, coroando sua doação plena, e a humanidade agradecida se curva emocionada diante do cientista que venceu a doença.

Mas o que justifica este projeto — que nada acrescentaria à gratidão que as gerações de todo o sempre hão de tributar a ALBERT SABIN, — é a sua profunda e serena modéstia que, sem alarde, envolve a sua participação nas campanhas de vacinação contra a poliomielite.

Ninguém pode conter sua entusiasmada admiração diante daquela figura quase angelical, a agasalhar entre os braços pequeninas criaturas para receber a imunização que o seu invento propicia.

Cidadão do mundo, membro dos mais prestigiosos colégios científicos, personagem da História Contemporânea, vive e pulsa com o povo humilde, com um dos seus, mas sem a afetação demagógica, sem a falsa simplicidade, precisamente porque no mundo maravilhoso do sábio não há lugar para as fraquezas dos vaidosos e dos orgulhosos.

Por tudo o quanto ALBERT SABIN representa para o gênero humano, mas pelo ALBERT SABIN-homem do povo paranaense —, é que se propõe esta sincera homenagem.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 15/80

PARECER

O ilustre Deputado José Tavares, com este projeto de lei, intenciona conferir ao cientista ALBERT SABIN, descobridor da vacina da poliomielite, o título honorífico de cidadão paranaense.

Descabendo da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, a análise do mérito das iniciativas, resta-nos examiná-la sob o ângulo legal e constitucional.

Assim, não sendo possível a visualização de qualquer obstáculo que se lhe anteponha, por enquadrar-se, perfeitamente, dentre as iniciativas de competência do Poder Legislativo e estando em perfeito acordo com os dispositivos vigentes para a apreciação de questões desta natureza, opinamos de maneira favorável à aprovação medida.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1980.  
(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;  
AIRTON CORDEIRO, Relator.

Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ADALBERTO DAROS — Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Apenas para que este Plenário saiba, que quando da discussão desta brilhante autoria, vamos assim dizer, do Deputado JOSÉ TAVARES, que concede o título ao cientista ALBERT SABIN, da discussão na Comissão de Constituição e Justiça, dizer a este Plenário e deixar consignado nos Anais, Senhor Presidente, que a Comissão de Constituição e Justiça votou favoravelmente como sempre deveria votar em títulos desta natureza.

Nós queremos apenas colocar que lá no processo não existe, Senhor Presidente, o “curriculum vitae” de ALBERT SABIN.

Somente isto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão.

Encerrada a discussão.— Em votação.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Mestres da Escola Padre Jensen” Ensino de Primeiro Grau, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 18/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ARNALDO JANSEN — Ensino de Primeiro Grau, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação estadual, federal e pertinentes à matéria, e tem por objetivo prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições e eficiência escolar, apresentar os interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à direção do Estabelecimento, contribuindo para as necessidades dos Planos curriculares.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos Senhores Deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 18/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA PADRE JANSEN”, Ensino de Primeiro Grau, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidas pela

legislação federal e estadual reguladora da matéria.

. Diante do exposto, nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1980

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Celso, com o apoio do Senhor Deputado Fuad Nadi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ivens Lagoano Pacheco. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, com o apoio dos Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nadi e Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ivens Lagoano Pacheco.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elírio Alves Pinto.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira e outros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Ministério dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que o débito daquele Ministério de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, para com o Governo do Estado, seja liberado este ano.

Em votação.— Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Luiz Alberto Oliveira, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

13 Srs. Deputados o aprovam;

Nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 1, 8, 9 e 10/80 e de Lei n.ºs 131 e 154/79.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 189 e 190/79 e 1, 2, 15 e 18/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/79.

—

—

—

Levanta-se a sessão.